

BALANÇO PATRIMONIAL

| Descrição | 2022 | 2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| ATIVO | 10.630.644,92D | 10.602.814,05D |
| ATIVO CIRCULANTE | 1.250.378,78D | 1.250.748,29D |
| DISPONÍVEL | 571.515,48D | 482.111,86D |
| CLIENTES | 640.662,10D | 651.252,42D |
| OUTROS CRÉDITOS | 34.594,45D | 113.883,42D |
| DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 3.606,75D | 3.500,59D |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | 9.380.266,14D | 9.352.065,76D |
| IMOBILIZADO | 9.223.900,88D | 8.943.983,73D |
| INTANGÍVEL | 71.145,35D | 70.945,35D |
| PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS | 56.056,59D | 47.136,68D |
| IMOBILIZADO EM ANDAMENTO | 29.163,32D | 290.000,00D |
| PASSIVO | 10.630.644,92C | 10.602.814,05C |
| PASSIVO CIRCULANTE | 911.090,86C | 713.297,82C |
| FORNECEDORES | 11.481,51C | 11.860,49C |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | 94.361,48C | 59.423,28C |
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA | 588.602,94C | 449.229,58C |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 2.416,50C | 2.270,30C |
| DIVIDENDOS, PART. E JURO SOBRE O CAPITAL | 214.228,43C | 190.514,17C |
| PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | 643.504,24C | 1.223.919,76C |
| PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 643.504,24C | 1.223.919,76C |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 9.076.049,82C | 8.665.596,47C |
| CAPITAL SOCIAL | 2.166.693,00C | 2.166.693,00C |
| AJUSTES A VALOR JUSTO | 3.016.771,55C | 3.016.771,55C |
| RESERVAS DE LUCROS | 3.892.585,27C | 3.482.131,92C |

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 243.612.598-87

PAULO ROBERTO MARTINELLO JUNIOR
Contador
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP217640/O-3
CPF: 271.039.318-28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| RECEITA BRUTA | 7.172.028,83 | 6.075.986,83 |
| DEDUÇÕES | (408.838,80) | (350.829,30) |
| RECEITA LÍQUIDA | 6.763.190,03 | 5.725.157,53 |
| CMV | 0,00 | (30.775,02) |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | (3.084.448,46) | 0,00 |
| MÃO-DE-OBRA DIRETA | (3.084.448,46) | 0,00 |
| LUCRO BRUTO | 3.678.741,57 | 5.694.382,51 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (3.147.575,89) | (5.004.171,40) |
| DESPESAS COM PESSOAL | (1.274.207,45) | (3.588.131,21) |
| DESPESAS COM PESSOAL - DIRETORIA | (298.789,50) | (317.867,50) |
| ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS | (46.399,56) | (45.248,98) |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES | (45.220,55) | (32.281,60) |
| DESPESAS GERAIS | (1.028.522,45) | (722.495,59) |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (454.436,38) | (298.146,52) |
| RECEITAS OPERACIONAIS | 269.061,27 | 164.609,45 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 60.039,45 | 31.126,83 |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 209.021,82 | 133.482,62 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 800.226,95 | 854.820,56 |
| OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS | 0,00 | (10.199,58) |
| RESULTADO ANTES DO IR E CSL | 800.226,95 | 844.620,98 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (252.955,82) | (269.084,78) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 547.271,13 | 575.536,20 |

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 243.612.598-87

PAULO ROBERTO MARTINELLO JUNIOR
Contador
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP217640/O-3
CPF: 271.039.318-28

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022**

2022 **2021**

ATIVIDADES OPERACIONAIS

| | | |
|---|----------------|----------------|
| Valores Recebidos de Clientes | 7.231.235,87 | 6.080.437,92 |
| Valores pagos a fornecedores | (1.841.051,67) | (1.703.985,68) |
| Valores pagos a empregados | (2.859.578,19) | (2.460.979,11) |
| CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES | 2.530.606,01 | 1.915.473,13 |
| Tributos pagos | (2.189.333,65) | (1.909.592,19) |
| FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS | 341.272,36 | 5.880,94 |
| Outros recebimentos(pagamento) líquidos | 124.037,11 | 106.250,48 |
| CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 465.309,47 | 112.131,42 |

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

| | | |
|---|------|----------|
| Compras de imobilizado | 0,00 | (220,00) |
| CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 0,00 | (220,00) |

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Pagamentos de lucros e dividendos | (187.995,12) | (216.605,55) |
| Empréstimos tomados | 0,00 | (8.506,50) |
| Pagamentos de empréstimos/Debêntures | (187.910,73) | 205.624,06 |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (375.905,85) | (19.487,99) |

| | | |
|---|------------|------------|
| Aumento nas Disponibilidades | 89.403,62 | 92.423,43 |
| DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO | 482.111,86 | 389.688,43 |
| DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO | 571.515,48 | 482.111,86 |

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 243.612.598-87

PAULO ROBERTO MARTINELLO JUNIOR
Contador
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP217640/O-3
CPF: 271.039.318-28

Empresa: GBI S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
C.N.P.J.: 01.259.558/0001-59
Endereço: RUA AVIADOR GOMES RIBEIRO, 3785, PARQUE PAULISTANO, BAURU/SP, CEP 17030-530
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022
Insc. Junta Comercial: 35300145887 Data: 23/05/1996

Folha: 0004
Número livro: 0027

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Histórico | CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO | RESERVAS DE REAVIAÇÃO | RESERVAS DE LUCROS | | | Total |
|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|--------------|
| | Capital Social | Reavaliações de Ativos Próprio | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Reserva p/ Contingência | |
| Saldo em 31/12/2021 | 2.166.693,00 | 3.016.771,55 | 282.900,60 | 1.799.231,32 | 1.400.000,00 | 8.665.596,47 |
| Transferência para Reservas | 0,00 | 0,00 | 27.363,56 | 383.089,79 | 0,00 | 410.453,35 |
| Saldo em 31/12/2022 | 2.166.693,00 | 3.016.771,55 | 310.264,16 | 2.182.321,11 | 1.400.000,00 | 9.076.049,82 |
| Saldo em 31/12/2020 | 2.166.693,00 | 3.016.771,55 | 254.123,79 | 2.796.355,98 | | 8.233.944,32 |
| Transferência para Reservas | 0,00 | 0,00 | 28.776,81 | -997.124,66 | 1.400.000,00 | 431.652,15 |
| Saldo em 31/12/2021 | 2.166.693,00 | 3.016.771,55 | 282.900,60 | 1.799.231,32 | 1.400.000,00 | 8.665.596,47 |

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 243.612.598-87

PAULO ROBERTO MARTINELLO JUNIOR
Contador
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP217640/O-3
CPF: 271.039.318-28

Notas Explicativas

31 de dezembro

2022

GBI S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
CNPJ 01.259.558/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as),

A Administração da **GBI S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS**, CNPJ 01.259.558/0001-59, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sras. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A **GBI S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** é uma Sociedade Anônima Fechada constituída em 12/04/1996 e atualmente está sediada à RUA Aviador Gomes Ribeiro, 37-85, Parque Paulistano, na cidade de BAURU, estado de SAO PAULO.

A Empresa tem como principal negócio a prestação de serviços educacionais.

A Diretoria Executiva declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentes à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A Diretoria Executiva agradece a confiança e o apoio dos Senhores(as) Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

DIRETORIA

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE

1. Contexto Operacional

1.1 A Empresa e suas operações

A **GBI S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** com sede em BAURU, estado de SAO PAULO, à RUA Aviador Gomes Ribeiro, 37-85, Parque Paulistano, é uma Sociedade Anônima Fechada constituída em 12/04/1996 que tem como principal negócio a prestação de serviços educacionais.

1.2 Unidades

Objetivando auxiliar as suas atividades, a empresa conta com uma filial na Cidade de Bauru, Estado de SAO PAULO, à Rua Sebastião Pregnotato, 740, Jardim Auriverde, com a atividade de prestação de serviços.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09 e pelo "Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovada pela NBC TG 1000 (R1).

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão expressas em reais, que é a moeda funcional de apresentação da empresa.

2.4 Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas são de responsabilidade da Empresa e serão aprovadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas até o mês de abril de 2023.

2.5 Operações Continuadas

As operações da Empresa são continuadas, portanto não há operação descontinuada para ser segregada na demonstração do resultado do exercício.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

2.6.1 Contas a receber (provisão para crédito de liquidação duvidosa);

2.6.2 Estoques (provisão para perdas nos estoques);

2.6.3 Imobilizado (vidas úteis);

3. Resumo das Principais Prática Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis são:

3.1 Transações e Saldos em Moeda Estrangeira

Na elaboração das Demonstrações Contábeis quando ocorrer transações que não sejam na moeda funcional, essas serão convertidas pela taxa do câmbio vigente na data da transação.

Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários serão reconhecidos da demonstração do resultado. No exercício de 2022 não ocorreram transações em moeda estrangeira.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

São numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez.

As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários e estão registrados pelo montante aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A empresa classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa pode serem considerados ativos financeiros com possibilidades de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustado ao valor presente, quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) não foi constituída em consonância com o estipulado pela administração, sendo a provisão para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, se necessária, constituída no próximo exercício.

3.4 Outros Valores a Receber

Outros valores a receber são compostos por cheques devolvidos a receber, cheques pré-datados a receber e créditos com fornecedores. A Companhia adota políticas na cobrança de tais créditos através de terceiros.

3.5 Adiantamentos a Fornecedores

Valores adiantados a fornecedores sem o recebimento do respectivo documento fiscal.

3.6 Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a pagamento de seguros cujos direitos de benefícios ocorrerão em períodos subsequentes e conseqüentemente são registrados no resultado considerando o princípio da competência.

3.7 Imobilizado

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Os Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação ou amortização acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para esses que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil (residual) do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os bens do ativo imobilizado: terrenos, prédios e edificações sofreram a apuração do seu custo atribuído conforme CPC 27 - Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado

3.7.2 Gastos de Manutenção

Gastos de Manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos, exceto quando o gasto representa aumento na vida útil do bem que nesse caso é incorporado ao custo de aquisição.

3.7.3. Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia e que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na taxa fiscal estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

A taxa de depreciação dos itens significativos do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

| BENS | TAXA ANUAL (%) |
|---|-----------------------|
| Edifícios | 4% |
| Instalações | 10% |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Máquinas e Equipamentos | 10% |
| Equipamentos de Áudio e Vídeo | 20% |
| Computadores e periféricos | 20% |
| Equipamentos Telefônicos | 20% |
| Equipamentos de Segurança | 20% |
| Jogos Interativos Educacionais | 10% |
| Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga, de descarga ou de movimentação (por exemplo: elevadores ou ascensores, escadas rolantes, transportadores, teleféricos) | 10% |
| Veículos automóveis para transporte de mercadorias | 25% |
| Materiais Didáticos e Pedagógicos | 10% |

A Administração iniciará suas análises relativas à revisão das vidas úteis, valor residual e método de depreciação de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a qual, entretanto.

3.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados pelo menos uma vez por ano e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.9 Participações em Consórcios

As cotas de consórcios ainda não contempladas são registradas no ativo circulante pelo valor pago mensalmente.

No momento da contemplação, os ativos adquiridos são registrados no ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida a um passivo circulante e não circulante do valor do saldo a pagar da cota contemplada.

Os gastos com taxas de administração, são registrados como despesas financeiras

3.10 Imobilizações em Andamento

No ano de 2022 (18/07/2022), a Companhia deu início ao projeto de ampliação das suas instalações contratando o projeto de arquitetura para edifício escolar na área localizada a Rua João Casarin esquina com as ruas Cristiano Pagani e Marcos Sergio Ceschini prevendo a construção de salas de aulas, espaços de recreação, salas para atividades específicas, apoio didático e educacional e estacionamento para atendimento da legislação municipal, compreendendo os seguintes serviços: I. estudo de ocupação e implantação da volumetria espacial das edificações; II. concepção/solução do projeto arquitetônico em atendimento a LDB da educação; e, III. arquitetura funcional de interior das salas de atividades e funções operacionais no valor de R\$ 87.490,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e noventa reais) divididos em 12 parcelas.

3.11 Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.12 Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados a favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço por seus valores conhecidos ou calculáveis quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13 Atualização Monetária de Direitos e Obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações monetárias são atualizadas até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

3.14 Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorram em prazo inferior a 12 meses, caso contrário são classificados como não circulantes.

3.15 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, ajustado ao valor presente, quando aplicável.

3.16 Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos a pagar estão registrados pelo regime de competência, deduzidos dos encargos financeiros em conta redutora sendo esses apropriados conforme a vigência do contrato.

As despesas de juros são reconhecidas e amortizadas de acordo com o estabelecido no contrato de empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento inferior a 12 meses após o encerramento do exercício são reconhecidos no passivo circulante e com prazos superiores, no passivo não circulante.

3.17 Benefícios a empregados

São mensurados e provisionados de acordo com as obrigações contratadas, em consonância com as Leis Trabalhistas, sendo reconhecidas nas Demonstrações Contábeis pelo regime de Competência.

3.18 Provisões para Contingências

Contingência é uma condição ou situação cujo o resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos.

As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas pelo julgamento da administração da empresa, apoiadas em estudos e pareceres técnicos que reflitam uma posição isenta.

As contingências apontadas no Balanço Patrimonial resumem-se a Processos Cíveis e Trabalhistas classificadas pelo Departamento Jurídico como probabilidade de perda "provável".

No exercício de 2022 a Administração não apontou a necessidade de provisionamento de contingência.

3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base no lucro real trimestral, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 por trimestre para o imposto de renda e a Alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

3.20 PIS e COFINS

As receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior tem a incidência de 0,65% e 3% respectivamente conforme art. 10, inciso XIV da Lei 10.833/2003.

As demais receitas auferidas pela empresa estão sujeitas as alíquotas (não cumulativas) de 1,65% e 7,60% respectivamente.

A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente com base no Decreto 8.426/2015.

3.21 ISS

O ISS (imposto sobre serviços) tem como base de cálculo a prestação de serviços educacionais e é recolhido a alíquota de 2% conforme legislação tributária do Município de Bauru/SP.

3.22 Receita operacional

As receitas operacionais são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços e venda de mercadorias são reconhecidas quanto efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência do contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado e a venda efetivamente realizada; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

3.23 Receitas financeiras e despesas financeiras

A receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros passivos, descontos concedidos, juros de mora, perdas em investimentos, despesas com taxa de cartão de crédito e encargos sobre parcelamentos.

3.24 Gerenciamento de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Companhia.

4. Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e demais contas a receber.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

| CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa | 613,80 | 2.466,69 |
| Bancos Conta Movimento | 1,00 | 1,00 |
| Aplicações Financeiras | 570.900,68 | 479.644,17 |
| TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 571.515,48 | 482.111,86 |

O saldo das contas: caixa GBI e caixa escola GBI são representados pelos valores mantidos em espécie pela matriz e filial para custeio de pequenas despesas.

O saldo das contas correntes bancárias mantido pela empresa apresentou em concordância com os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e títulos de capitalização aplicadas em Instituições consideradas de primeira linha.

No exercício de 2022, as aplicações financeiras geraram para a empresa rendimentos no montante de R\$ 34.226,13 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e treze centavos);

6. Contas a Receber de Clientes

| VALORES A RECEBER | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Mensalidades a Receber | 640.662,10 | 651.252,42 |
| TOTAL VALORES A RECEBER | 640.662,10 | 651.252,42 |

7. Outros Valores a Receber

| OUTROS VALORES A RECEBER | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|
| Cheques Devolvidos a Receber | 17.590,64 | 17.590,64 |
| Cheques Pré-Datados a Receber | 750,83 | 750,83 |
| Cobranças Bloqueadas a Liberar | 591,44 | 137,10 |
| Material Didático a Receber | - | 93.865,97 |
| Crédito de Fornecedores a Receber | 6,10 | - |
| TOTAL OUTROS VALORES A RECEBER | 18.939,01 | 112.344,54 |

1) Cheques Devolvidos a Receber: Cheques recebidos sem fundos que estão em poder da empresa. 2) Cheques Pré-Datados a Receber: Cheques recebidos com vencimento para meses posteriores. 3) Crédito de Fornecedores a Receber é oriundo de uma devolução de compra efetuada ao Mercado Pago que ficará como crédito a ser utilizado em compra futura;

8. Adiantamento a Fornecedores

| ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | 2022 | 2021 |
|--|------------------|-----------------|
| Adiantamentos a Fornecedores | 15.655,44 | 1.538,88 |
| TOTAL ADIANTAMENTO A FORNECEDORES | 15.655,44 | 1.538,88 |

Valores pagos a empresa Eventials Serviços Online LTDA (Facebook) em que as notas de serviços serão emitidas em momento posterior, pagamento adiantado referente vale alimentação a empresa Alelo S.A. onde a emissão da nota fiscal se dará em janeiro de 2023 e um pagamento em duplicidade efetuado ao Sr Jose Carlos Vella que será ressarcido no mês de janeiro de 2023.

9. Despesas Antecipadas do Exercício

| DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|-----------------|
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 3.606,75 | 3.500,59 |
| TOTAL DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 3.606,75 | 3.500,59 |

Prêmios de Seguros a Apropriar: Valor referente a despesas com seguros que serão reconhecidas como despesas de acordo com a vigência da apólice.

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Seguro Compreensivo Empresarial

Vigência: 11/12/2022 a 11/12/2023

10. Imobilizado

| IMOBILIZADO | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Terrenos | 2.382.372,08 | 2.382.372,08 |
| Edifícios | 3.797.117,22 | 3.404.112,86 |
| Instalações | 58.774,30 | 58.774,30 |
| AVP - Terrenos | 1.345.771,33 | 1.345.771,33 |
| AVP - Edifícios | 1.671.000,22 | 1.671.000,22 |
| Móveis e Utensílios | 593.064,08 | 540.172,30 |
| Equipamentos de Áudio e Vídeo | 74.987,70 | 74.987,70 |
| Computadores e Periféricos | 269.805,39 | 266.846,39 |
| Equipamentos Telefônicos | 874,00 | 874,00 |
| Equipamentos de Segurança | 16.828,98 | 16.828,98 |
| Jogos Interativos Educacionais | 3.114,37 | 3.114,37 |
| Materiais Didáticos e Pedagógicos | 3.660,00 | 3.660,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 18.893,07 | 18.893,07 |
| (-) Deprec. Móveis e Utensílios | (364.294,36) | (316.571,10) |
| (-) Deprec. Máquinas e Equipamentos | (18.179,88) | (17.603,45) |
| (-) Deprec. Equipamentos Audio e Vídeo | (47.310,90) | (38.043,30) |
| (-) Deprec. Equipamentos de Informática | (174.238,44) | (136.829,19) |
| (-) Deprec. Instalações | (41.339,65) | (37.028,40) |
| (-) Deprec. Materias Didáticos e Pedagógicos | (3.121,16) | (2.755,16) |
| (-) Deprec. Equipamentos Telefônicos | (791,68) | (732,33) |
| (-) Deprec. Equipamentos de Segurança | (15.968,19) | (15.008,37) |
| (-) Deprec. Jogos Interativos Educacionais | (1.761,93) | (1.450,53) |
| (-) Deprec. Edifícios | (329.275,32) | (261.321,69) |
| TOTAL IMOBILIZADO | 9.239.981,23 | 8.960.064,08 |

| INTANGÍVEL | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Marcas, Direitos e Patentes | 10.225,00 | 10.025,00 |
| Licença de Uso de Software | 7.206,35 | 7.206,35 |
| Escola Fabrincando | 40.000,00 | 40.000,00 |
| Implantação e Métodos | 13.714,00 | 13.714,00 |
| (-) Amort. Implantação e Métodos | (13.714,00) | (13.714,00) |
| (-) Amort. Direito de Uso de Software | (2.366,35) | (2.366,35) |
| TOTAL INTANGÍVEL | 55.065,00 | 54.865,00 |

| IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO | 2022 | 2021 |
|---|------------------|-------------------|
| Construções em Andamento | 29.163,32 | 290.000,00 |
| TOTAL IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO | 29.163,32 | 290.000,00 |

A Administração iniciará análises relativas à revisão das vidas úteis, valor residual e método de depreciação de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

11. Participações em Consórcios

| PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Consórcios não Contemplados/Resgatados | 56.056,59 | 47.136,68 |
| TOTAL PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS | 56.056,59 | 47.136,68 |

12. Fornecedores

| FORNECEDORES | 2022 | 2021 |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores | 11.481,51 | 11.860,49 |
| TOTAL FORNECEDORES | 11.481,51 | 11.860,49 |

13. Obrigações Fiscais

| OBRIGAÇÕES FISCAIS | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| ISS a Recolher | 11.067,68 | 9.817,30 |
| Imposto de Renda a Recolher | 30.729,34 | 5.971,57 |
| Contribuição Social a Recolher | 13.870,32 | 4.576,47 |
| IRRF a Recolher | 16.381,23 | 18.856,20 |
| PIS a Recolher | 3.838,23 | 3.223,15 |
| COFINS a Recolher | 17.746,34 | 14.926,11 |
| CSRF a Recolher | 69,69 | 61,67 |
| ISS Retido a Recolher | 381,45 | 162,28 |
| IRRF s/ Aluguel a Recolher | 22,20 | 29,70 |
| Contribuição Assistencial a Recolher | - | 1.138,85 |
| Contribuição Associativa a Recolher | 255,00 | 659,98 |
| TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS | 94.361,48 | 59.423,28 |

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Salários a Pagar | 167.805,01 | 149.607,76 |
| Pró-Labore a Pagar | 16.898,20 | 16.877,27 |
| Rescisão a Pagar | - | 500,00 |
| Contribuição INSS a Recolher | 83.573,91 | 74.476,38 |
| FGTS a Recolher | 26.306,36 | 22.460,74 |
| TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | 294.583,48 | 263.922,15 |

Estes estão apropriados pelo regime de competência.

15. Férias e Encargos sobre Férias a Pagar

| FÉRIAS E ENCARGOS S/FÉRIAS A PAGAR | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Férias a Pagar | 223.118,63 | 139.767,03 |
| INSS s/ Férias a Pagar | 59.150,85 | 34.359,39 |
| FGTS s/ Férias a Pagar | 11.749,98 | 11.181,01 |
| TOTAL OUTROS VALORES A RECEBER | 294.019,46 | 185.307,43 |

16. Outras Obrigações

| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| Aluguéis a Pagar | 2.316,40 | 2.270,30 |
| Autônomos a Pagar | 100,00 | - |
| TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES | 2.416,40 | 2.270,30 |

17. Dividendos a Pagar

| DIVIDENDOS A PAGAR | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dividendos a Pagar | 199.535,70 | 190.514,71 |
| Dividendos Prescritos | 14.692,73 | - |
| TOTAL DIVIDENDOS A PAGAR | 214.228,43 | 190.514,71 |

A Companhia apurou o resultado líquido de R\$ 547.271,13 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e treze centavos). Desse resultado 25% é destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas conforme determina o Estatuto Social da Companhia.

A distribuição de dividendos aos acionistas é reconhecida como um passivo circulante (obrigação a ser paga no curto prazo) nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Tal obrigação pode ser reclassificada para o passivo não circulante (longo prazo) após as Assembleias Geral Extraordinária e Ordinária, se assim ficar definido que os dividendos daquele ano serão pagos ou não dentro do próprio exercício.

Conforme aprovado nas assembleias geral extraordinária e ordinária realizadas no dia 28/04/2022 face as justificativas apresentadas pela diretoria e a devida aprovação dos acionistas presentes, o pagamento dos dividendos relativos ao lucro do exercício de 2021 no valor de R\$ 143.884,05 (cento e quarenta três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos) não ocorrerá no presente ano, sendo que o referido valor será objeto de apreciação em próxima assembleia, dessa forma, foram transferidos para o passivo não circulante (longo prazo).

Dividendos Prescritos referem-se a dividendos dos anos de 2010 a 2016 no valor de R\$ 8.261,63 (oito mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos) e dividendos referentes ao ano de 2017 no valor de R\$ 6.431,10 (seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e dez centavos) totalizando o valor de R\$ 14.692,73 (quatorze mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos) que não foram pagos e nem reclamados e que serão levados a discussão na assembleia a ser realizada até o mês de abril de 2023 para definição conforme art. 287, inciso II, alínea a da lei 6.404/76.

18. Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo

| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e Financiamentos | 282.335,26 | 415.362,65 |
| TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 282.335,26 | 415.362,65 |

19. Fornecedores – Longo Prazo

| FORNECEDORES - LP | 2022 |
|--|------------------|
| Urupês Urbanismo Ltda | 308.810,80 |
| (-) Encargos s/Parcelamento Urupês Urbanismo | (239.810,80) |
| TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 69.000,00 |

Valor oriundo da aquisição de 3 (três) lotes de terreno da empresa Urupês Urbanismo LTDA a ser pago em 60 parcelas de R\$ 34.500,00 corrigidas mensalmente conforme cláusulas estabelecidas no contrato de compra e venda:

- 1) Lote 1 Quadra F denominado Parque Água Comprida na cidade de Bauru/SP matrícula 109553;
- 2) Lote 2 Quadra F denominado Parque Água Comprida na cidade de Bauru/SP matrícula 109554;
- 3) Lote 1 Quadra G denominado Parque Água Comprida na cidade de Bauru/SP matrícula 109555.

O saldo devedor junto ao fornecedor em dezembro/2022 é de R\$ 308.810,80 (trezentos e oito mil, oitocentos e dez reais e oitenta centavos) e o valor dos encargos sobre o parcelamento de R\$ 239.810,80 (duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e dez reais e oitenta centavos) será reconhecido como despesas de juros de acordo com a liquidação das parcelas.

20. Parcelamentos Tributários – Longo Prazo

| PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS - LP | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Parcelamento IRPJ - 10825-401190/2020-91 | 20.971,74 | 37.932,15 |
| (-) Encargos Parc IRPJ - 10825-401190/2020-91 | (2.216,15) | (5.540,39) |
| Parcelamento CSLL - 10825-401190/2020-91 | 8.058,72 | 14.576,04 |
| (-) Encargos Parc CSLL - 10825-401190/2020-91 | (851,45) | (2.128,85) |
| Parcelamento INSS - 6186661/3939739 | 32.562,01 | 71.734,71 |
| (-) Encargos Parc INSS - 6186661/3939739 | (4.660,60) | (10.253,20) |
| Parcelamento INSS - 02110001200394283612216 | 113.304,80 | - |
| (-) Encargos Parc INSS - 02110001200394283612216 | (18.884,14) | - |
| TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 148.284,93 | 106.320,46 |

Parcelamento INSS 62.603.939-8 referente regularização do prédio a ser pago em 60 parcelas.

Parcelamento IRPJ e CSLL – Processo 10825-401190/2020-91 referente parcelamento dos impostos referente ao 1º trimestre/2020 a ser pago em 36 parcelas.

Parcelamento INSS processo 02110001200394283612216 refere-se a regularização perante o INSS da construção de 5 salas a ser pago em 60 parcelas.

21. Dividendos a Pagar – Longo Prazo

| DIVIDENDOS A PAGAR - LP | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Dividendos a Pagar | 143.884,05 | 219.236,65 |
| TOTAL DIVIDENDOS A PAGAR | 143.884,05 | 219.236,65 |

Em Assembleia realizada no dia 28/04/2022, foi aprovada o sobrestamento do pagamento dos dividendos referente ao exercício de 2021 que será definido na Assembleia a ser realizada em abril de 2023.

22. Capital Social

O capital social é representado por 2.166.693 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e três) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando a importância de R\$ 2.166.693,00 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e três reais) e fica autorizado a importância de R\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais) conforme deliberado através de assembleia geral extraordinária e ordinária realizada em 28/04/2022 conforme edital de convocação no Jornal da Cidade de Bauru nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2022 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 256.134/22-4 em sessão de 24/05/2022;

23. Ajustes a Valor Justo

No ano de 2005 a Companhia promoveu a reavaliação do Edifício no valor de R\$ 354.248,71 (trezentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).

No ano do 2014 a Companhia realizou nova avaliação e registrou um acréscimo de R\$ 1.671.000,22 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil e vinte e dois centavos) atribuídos ao Edifício e R\$ 1.345.771,33 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) atribuído ao terreno sendo que tais valores foram mensurados com base em laudo de avaliação apresentadas por três imobiliárias e aprovadas pela Administração da Companhia. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente. O resultado dessa avaliação bem como a contrapartida desses valores foi registrado no patrimônio líquido da Companhia no grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Os valores das avaliações eram demonstrados nas contas contábeis "terrenos" e "edifícios" e para uma melhor visualização tais valores foram transferidos para as contas "AVP – Terrenos" e "AVP – Edifícios".

24. Lucro Líquido

O Lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanesce depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 190 da lei 6.404/76. Seguindo esses critérios, a empresa apresentou um lucro líquido de R\$ 547.271,13 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e treze centavos).

25. Dividendos Aprovados

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício adicionado dos dividendos prescritos totalizando o valor R\$ 547.271,13 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e treze centavos), calculado nos termos da lei das sociedades por ações, sendo aprovado o valor de R\$ 136.817,78 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

26. Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social (artigo 193 da lei 6.404/76).

Partindo do Lucro Líquido apurado em 2022 no valor de R\$ 547.271,13 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e treze centavos), a Companhia destinou R\$ 27.363,56 (vinte e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

27. Reservas Estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas mediante determinação do Estatuto social da empresa respeitando o artigo 194 da lei 6.404/76, sendo destinado o valor de R\$ 383.089,79 (trezentos e oitenta e três mil, oitenta e nove reais e setenta e nove centavos) correspondente a 70% do lucro líquido de 2022.

Conforme aprovado nas assembleias geral extraordinária e ordinária realizadas no dia 28/04/2022, 70% do lucro líquido de 2021 que corresponde a R\$ 402.875,34 (quatrocentos e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) integrará a conta denominada "Reserva Estatutária", sendo que referido valor deverá ser utilizado para pagamento de financiamentos e/ou construções necessárias julgadas pela diretoria, com a devida aprovação do Conselho de Administração.

28. Reservas para Contingências

Conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2021 a Companhia transferiu R\$ 1.400.000,00 de Reserva Estatutária para Reserva para Contingencias visando atender ao previsto no artigo 199 da lei 6.404/76.

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Capital Social | 2.166.693,00 | 2.166.693,00 |
| Ajuste a Valor Justo | 3.016.771,55 | 3.016.771,55 |
| Reserva Estatutária | 2.182.321,11 | 1.799.231,32 |
| Reserva Para Contingências | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 |
| Reserva Legal | 310.264,16 | 282.900,60 |
| TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 9.076.049,82 | 8.665.596,47 |

29. Responsabilidade Técnica

Ressalvamos que a responsabilidade do profissional da contabilidade fica restrita apenas a dados técnicos, uma vez que, o mesmo operou com elementos, dados e documentos fornecidos pelos responsáveis pela administração da empresa que se responsabiliza pela veracidade dos documentos e informações prestadas.

DARCI FERREIRA DA LUZ
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 243.612.598-87

PAULO ROBERTO MARTINELLO JUNIOR
Contador
CPF 271.039.318-28
CRC 1SP217640/O-3